



Medida foi anunciada pelo Ministério da Saúde com o objetivo de acelerar a imunização completa da população. Procedimento semelhante também deveria ser feito com a vacina da AstraZeneca, mas há falta do imunizante em vários estados

Aplicações da Pfizer terão intervalo menor

» MARIA EDUARDA CARDIM

O Ministério da Saúde concluiu, ontem, o envio de todas as vacinas contra a covid-19 necessárias para imunizar todos os adultos brasileiros com a primeira dose. Com isso, anunciou a redução do intervalo entre a primeira e a segunda doses da vacina da Pfizer, de 12 para 8 semanas. A mesma medida seria adotada com a vacina da AstraZeneca, como anunciado pela pasta em 25 de agosto, mas, diante do desabastecimento do imunizante, não foi possível antecipar a segunda aplicação.

A previsão feita pelo governo federal era de que a redução do intervalo entre as doses ocorresse a partir da segunda quinzena de setembro tanto para a vacina da Pfizer, como para a da AstraZeneca, já que ambas possuem o intervalo de 12 semanas. Porém, a antecipação da segunda dose da AstraZeneca não foi recomendada diante do desabastecimento da vacina, que, no Brasil, é produzida pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

Por causa do atraso no recebimento do Ingrediente Farmacéutico Ativo (IFA), a Fiocruz ficou duas semanas sem entregar vacinas para o Programa Nacional de Imunizações (PNI). Somente nesta semana, voltou a enviar doses ao governo federal, mas ainda em quantidade pequena. Foram liberadas 1,7 milhão de doses, e outras unidades devem ser entregues nesta semana. Segundo a Fiocruz, as remessas semanais estão garantidas até o fim deste mês.

O **Correio** questionou se o Ministério tinha um prazo para também encurtar o intervalo entre as doses da AstraZeneca, mas a pasta só informou que mantém o intervalo de aplicação de 12 semanas para o imunizante. Já no caso da Pfizer, a segunda dose poderá ser antecipada para oito semanas depois da primeira aplicação. O vídeo da campanha para informar a redução do intervalo foi di-

Walterson Rosa/MS



Apesar dos problemas ainda existentes na distribuição dos fármacos aos estados, Marcelo Queiroga afirma que "há excesso de vacinas" no país

vulgado ontem pela pasta. Mas a medida ainda não foi adotada de fato por todos os estados.

Ontem, em coletiva, o governo do estado de São Paulo informou que ainda não definiu como será feita a antecipação do intervalo entre a primeira e a segunda dose da vacina da Pfizer. "Nós recebemos a orientação de fazer antecipação a partir de hoje, porém, não recebemos doses para fazer essa antecipação", disse o secretário de Saúde do estado de São Paulo, Jean Gorinchteyn.

Excesso de vacinas

Mesmo diante das críticas sobre a logística de distribuição e da



falta de imunizante para antecipar a segunda dose da vacina da AstraZeneca, para o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, há excesso de vacinas, na realidade. O Brasil já distribuiu 260 milhões de doses de vacinas, e 210 milhões já foram aplicadas", afirmou Queiroga, no Aeroporto Internacional de Guarulhos, em São Paulo, onde acompanhou o envio de imunizantes para os estados.

A pasta concluiu, ontem, o envio de vacinas contra a covid-19 para imunizar toda população adulta brasileira — estimada em 158 milhões — com, pelo menos, a primeira dose. Até o momento, 88% dessa população recebeu a

primeira dose. Com a entrega de mais 1,1 milhão de doses da vacina da Pfizer, hoje, aos estados brasileiros, o governo federal indica que já foram enviadas mais de 265 milhões de unidades de vacinas contra o novo coronavírus.

Depois, em pronunciamento, o ministro destacou que a campanha de vacinação contra a covid-19 é o "elo" que une saúde e economia. "Quem duvidava da campanha de vacinação do Brasil é porque não acredita no SUS; e se não acredita no SUS, não acredita na Constituição Federal", afirmou. O Ministério da Saúde também começou ontem a campanha para dose de reforço que será oferecida para idosos com mais de 70 anos e pessoas imunossuprimidas.



Novo intervalo entre a aplicação da primeira e da segunda doses da vacina da Pfizer

Butantan conclui entregas

O Instituto Butantan entregou, ontem, 5,1 milhões de doses da CoronaVac ao Ministério da Saúde e, com isso, concluiu o fornecimento de 100 milhões de unidades do imunizante contra a covid-19 para o Programa Nacional de Imunizações (PNI), iniciada em janeiro deste ano. Este é o primeiro contrato de vacinas contra covid-19 que foi concluído. A pasta ainda recebe doses da Pfizer, da Janssen, da Fiocruz/AstraZeneca e do Covax Facility.

"O Butantan, o primeiro a entregar vacinas ao Brasil em janeiro, é o primeiro, também, a concluir o seu contrato. Nesse momento, é o maior quantitativo de doses entregues ao Ministério", disse Dimas Covas, diretor do Butantan.

O contrato com o Ministério da Saúde previa a conclusão da entrega até o fim de setembro, mas o Butantan chegou a falar em diversos momentos que adiantaria o envio total das doses até o final de agosto. A exclusão da vacina como possível imunizante para dose de reforço de idosos e imunossuprimidos, contudo, fez com que o instituto mudasse o discurso.

A primeira parte do contrato, de 46 milhões de doses, foi concluída em 12 de maio. E a segunda parte, de 54 milhões de unidades, nesta quarta-feira. Desde a assinatura do contrato, houve embates entre o Ministério da Saúde e o Butantan.

Substituição

Além destas doses, mais 1,8 milhão de unidades foram usados para fazer a substituição dos lotes da CoronaVac colocados em quarentena pela Agência Nacional de Vigilância Nacional (Anvisa). Cerca de oito milhões de doses foram impedidas de serem aplicadas por terem sido envasadas em laboratório chinês não inspecionado pela agência.

"Esse procedimento de quarentena que foi instituído pela Anvisa trata-se de regularização documental em relação ao local de fabricação lá na China. Como esse é um processo que pode demorar, nós começamos a substituição dessas doses", explicou Covas. Até 29 de setembro, o Butantan substituirá todas essas doses. (MEC)

Seis estados têm falta de vacina

» GABRIELA BERNARDES*

Enquanto o Ministério da Saúde anuncia o início da aplicação de doses de reforço, ao menos seis estados seguem com problemas por falta do imunizante da AstraZeneca para a segunda dose contra a covid-19.

Em São Paulo, a Secretaria de Saúde começou, na segunda-feira, a fazer a chamada intercambialidade — a combinação de vacinas diferentes — para completar o esquema vacinal da população que esperava por doses da

AstraZeneca. O uso de vacinas diferentes é autorizado pelo Ministério da Saúde.

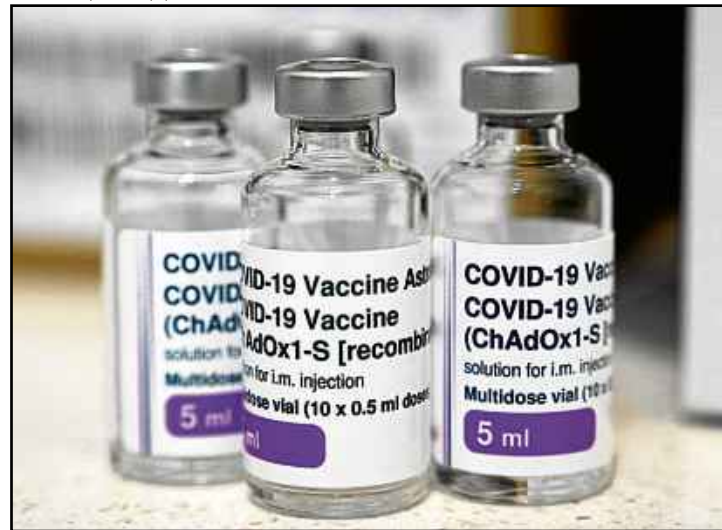
Só na capital paulista, de acordo com a prefeitura, 340 mil pessoas estão com a segunda dose da AstraZeneca em atraso — é mais do que o dobro das 165 mil doses da Pfizer disponíveis.

O governo do estado afirma que o desabastecimento foi provocado pelo atraso na entrega de 1 milhão de doses da vacina, que deveriam ter sido disponibilizadas desde 4 de setembro. O ministério, no entanto, con-

testa a informação. "Até o momento foram entregues ao estado 12,4 milhões de doses 1 e 9,2 milhões de doses 2 da AstraZeneca. As 2,8 milhões de doses não foram enviadas porque o prazo de intervalo entre a primeira e segunda dose só se dará no final do mês", afirmou a pasta ao **Correio**.

Além de São Paulo, cinco estados estão sem vacinas da AstraZeneca para a segunda dose: Rio Grande do Norte, Rondônia, Tocantins, Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul.

Saeed Khan/AFP - 17/8/21



Sem imunizante da AstraZeneca, estados fizeram intercambialidade

EDUCAÇÃO

Criticada, Capes renova conselho

» GABRIELA CHABALGOITY*

Membros titulares do Conselho Técnico Científico do Ensino Superior (CTC-ES) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), divulgaram, na última terça-feira, carta aberta à presidente do órgão, Cláudia Queda de Toledo, na qual reclamam da falta de diálogo com a

direção da entidade. No documento, os pesquisadores também manifestam "forte preocupação" com a maneira como vem sendo conduzidas "questões de interesse da comunidade acadêmica".

A principal razão de insatisfação é que, na atual gestão, o conselho tem perdido espaço, tem sido pouco convocado, e várias questões relevantes não têm pas-

sado pelo conselho. Um exemplo, segundo os pesquisadores, é a Portaria nº 145, de 10 de setembro passado, sobre o Qualis Periódicos — um guia de avaliação de periódicos científicos no Brasil —, que foi publicada sem o conhecimento do CTC-ES.

Dentre as reivindicações na carta, estão a extensão dos mandatos dos coordenadores de área e

a necessidade do CTC-ES votar e eleger seu representante junto ao Conselho Superior da Capes, cujo mandato se encerrou em maio de 2021. Os signatários também manifestam preocupação sobre o sistema de avaliação quadrienal de cursos de pós-graduação.

Em reunião ocorrida nos dias 3 e 5 de agosto, Cláudia Queda de Toledo indicou ao CTC-ES que trataria de alguns destes temas. Entretanto, de acordo com a carta, teria expressado que sua maior preocupação era com o que con-

siderou ilegalidade da portaria que nomeou os membros do atual CTC-ES, em 2018. O documento nomeou dois membros a mais do que o previsto nos estatutos da Capes. Com isso, segundo ela, as decisões do conselho não tinham segurança jurídica.

"O CTC-ES é o que está em questão. Na atual gestão, esse conselho tem perdido espaço, e algumas questões relevantes não passam pelo colegiado", afirmou um membro do colegiado, que pediu sigilo, alegando temer represálias.

No fim da noite, a direção da Capes divulgou nota informando que o Conselho Superior da entidade aprovou a regularização do CTC-ES, reduzindo o número de membros de 20 para 18. Dessa forma, segundo a nota, será preservado o sistema de avaliação quadrienal 2017-2020. "A convalidação dos atos praticados pelo CTC-ES será objeto de análise pelo colegiado recomposto", informa a nota.

* Estagiárias sob a supervisão de Odail Figueiredo